

em destaque:

Orçamento sem ambição

A maioria dos eurodeputados apoiou os planos da Comissão de aumentar as contribuições para o orçamento da UE pós-2020 e de introduzir novas fontes de financiamento. Mas **faltou-lhe ambição**.

Grande parte dos eurodeputados considerou que as **propostas da Comissão Europeia vão no sentido certo**, saudando o financiamento de novas prioridades como a investigação, a gestão das fronteiras e da migração, o apoio aos jovens, a defesa e a segurança, apesar de serem menos ambiciosas do que as do PE. Vários parlamentares também se congratularam com a ligação entre o financiamento da UE e o Estado de direito.

O quadro financeiro plurianual (QFP) da UE terá de ser acordado por **unanimidade pelos Estados-Membros e aprovado pelo PE** para poder entrar em vigor.

Os eurodeputados manifestaram a sua disponibilidade para encetar imediatamente um diálogo com a Comissão e o Conselho sobre o QFP, com vista a facilitar as negociações e a permitir a conclusão de um acordo antes das eleições europeias de 2019.

José Manuel Fernandes advertiu: *“Mas também tem pontos onde nós consideramos que é necessário ir mais longe. É importante que a política de coesão não seja reduzida e que a política agrícola comum também se mantenha no envelope atual.”*

ver pág.3

Crianças e Imigração

As **crianças migrantes** e as **famílias com crianças** devem ser acomodadas sem serem privadas da liberdade durante o processamento do seu estatuto de imigração, insistiram os Deputados ao Parlamento Europeu.

ver pág. 8

Eleições na Venezuela

O PE instou à **suspensão imediata das eleições presidenciais na Venezuela** até que se encontrem reunidas as condições para a realização de eleições credíveis, transparentes e inclusivas.

ver pág.6

Imprensa Livre

Os Estados-Membros devem criar e manter, na lei e na prática, um **ambiente seguro para os jornalistas**, permitindo-lhes que exerçam o seu trabalho **sem ameaças** ou **pressão política e económica**.

ver pág.5

Índice

Abertura da sessão plenária.....	3
Propostas para o orçamento são claras, mas sem ambição.....	3
Garantir imprensa pluralista, independente e livre na UE.....	5
Há que suspender as eleições na Venezuela.....	6
As crianças não devem ser detidas no contexto da imigração.....	8
Ordem do dia da Sessão.....	10

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão plenária

O presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, expressou as suas condolências para com as famílias das vítimas da perseguição religiosa e do terrorismo.

Na abertura da sessão plenária, Antonio Tajani referiu os recentes casos nas Filipinas, na República Central Africana, no Afeganistão e na Nigéria, apelando à UE para que aja em conjunto na cena internacional para promover a paz e a estabilidade.

Alterações à agenda

- Um debate de urgência sobre as eleições presidenciais na Venezuela foi acrescentado como terceiro ponto na agenda de quarta-feira, com a votação de uma resolução na quinta-feira.

- Foi também acrescentado à agenda de quarta-feira um debate sobre a aplicação pela Espanha dos padrões internacionais sobre a definição de violência sexual à luz do recente caso “*La Manada*” (sétimo ponto na agenda, após o debate sobre crimes de perseguição e proteção das vítimas na UE).

- Foi acrescentada à agenda de quinta-feira a votação de uma objeção sobre a beterraba geneticamente modificada H7-1, nos termos do Artigo 106.º do Regimento do PE.

Anúncio da abertura de negociações com o Conselho

Os pedidos das comissões parlamentares para encetarem negociações interinstitucionais, ao abrigo do Artigo 69.º-C do Regimento do PE, estão publicados na página Web da sessão plenária (ver caixa “Informações e documentos prioritários”).

Propostas para o orçamento da UE pós-2020 são claras, mas faltam-lhes ambição, dizem deputados

A maioria dos eurodeputados apoiou os planos da Comissão de aumentar as contribuições para o orçamento da UE pós-2020 e de introduzir novas fontes de financiamento. Mas faltou-lhe ambição.

“Na sua apresentação, a Comissão Europeia realçou a importância de um orçamento político. O princípio do valor acrescentado europeu foi sublinhado. É também importante que a relevância dos recursos próprios, um ponto-chave nas resoluções do PE, tenha sido destacada. Mais fundos para o Erasmus+, a investigação, PME e alterações climáticas são positivos. Gostaríamos de ter visto um orçamento de 1,3% do RNB. Faremos tudo para defender as nossas posições, dadas as reduções propostas para a agricultura e a coesão”, disse o presidente do PE, Antonio Tajani.

Grande parte dos eurodeputados considerou que as propostas da Comissão Europeia vão no sentido certo, saudando o financiamento de novas prioridades como a investigação, a gestão das fronteiras e da migração, o apoio aos jovens, a defesa e a segurança, apesar de serem menos ambiciosas do que as do PE. Vários parlamentares também se congratularam com a ligação entre o financiamento da UE e o Estado de Direito.

Próximos passos

O quadro financeiro plurianual (QFP) da UE terá de ser acordado por unanimidade pelos Estados-Membros e aprovado pelo PE para poder entrar em vigor.

Os eurodeputados manifestaram a sua disponibilidade para encetar imediatamente um diálogo com a Comissão e o Conselho sobre o QFP, com vista a facilitar as negociações e a permitir a conclusão de um acordo antes das eleições europeias de 2019.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE) *“Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Caro Comissário, gostaria, em primeiro lugar, de sublinhar o trabalho que a Comissão fez na procura de juntar, equilibrar, competitividade e coesão territorial e coesão social.*

O orçamento deve ter uma vertente para a competitividade, mas nunca pode esquecer também a solidariedade interna. Esta é uma proposta que corresponde a uma boa base de trabalho, é um bom ponto de partida para as negociações onde se exige unanimidade no Conselho e um parecer favorável do Parlamento Europeu.

Tem pontos positivos: o reforço do Erasmus+, o aumento também e a verba para o Interrail, a prioridade para a juventude, o reforço também da investigação e da inovação, a União Económica e Monetária e a existência da possibilidade de um fundo para combater os choques simétricos a assimétricos, um programa para as reformas, o reforço da segurança, o apoio às migrações, a simplificação que se defende e o fim também dos rebates.

Mas também tem pontos onde nós consideramos que é necessário ir mais longe. É importante que a política de coesão não seja reduzida e que a política agrícola comum também se mantenha no envelope atual. E eu pergunto aos Estados-Membros se estão disponíveis para cortar os seus orçamentos nacionais, se estão disponíveis para cortar os montantes que recebem no âmbito da política de coesão e no âmbito da Política Agrícola Comum, porque a política de coesão é essencial também para o investimento na União Europeia”.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE) *“Senhor Presidente, Senhor Comissário, a nossa posição foi, desde cedo, muito clara relativamente à pressão exercida sobre a política de coesão. Não poderia nem deveria existir nenhuma redução que ferisse a política de coesão.*

Senhor Comissário, entendo os novos desafios de uma União a 27, reforço aqui o olhar e a prioridade dada à segurança, à defesa das fronteiras, à aposta na investigação, ao apoio para os jovens com o Erasmus+ e com o Interrail.

Mas há duas notas negativas: quando falamos do apoio às empresas, às pequenas e médias empresas, à economia digital, falta-nos aqui uma linha de financiamento para o turismo que não é referida. E não poderia deixar de lamentar este corte anunciado para a política de coesão.

Estamos a falar de um corte de cerca de 5% para a política de coesão e para a PAC e é crucial manter na política de coesão o aquis da ultraperiferia, porque estamos a falar de solidariedade para com regiões ultraperiféricas que têm custos acrescidos na mobilidade, na educação, na saúde, e precisamos desta solidariedade da União que não está vertida neste documento”.

Maria João Rodrigues (S&D) *“Mr President, this is a big moment for Europeans to be ambitious in imagining their future and also in imagining new solutions to finance the future. This means that, if we know that our future will be reshaped by the digital revolution and the energy transition, we need to be bold on the transition towards aligning our budget but also on the way to finance this budget. That’s why we welcome the fact that the Commission is putting ideas on own resources on the table. This is part of the solution, but we would also like to have digital tax included in these own resources.*

And then we have the way the challenges are being faced. Of course, we need to cope with the challenges of migration, defence and development; we need to multiply Erasmus; we need to strengthen innovation and the way we proceed with research. But at the end of the day, what really matters in order to keep unity among Europeans is to have a strong commitment with cohesion and convergence and to overcome the divergences which have been part of our history in recent years. So that’s why – and this is a message not only for Commission but also the Council – we in the Parliament will fight for cohesion not to be sacrificed. We in Parliament will fight for the eurozone to include also clear instruments to overcome divergences. And we are still not there. So we consider that the main test will be sure that the promise of the social pillar will be delivered everywhere in the European Union”.

PE quer medidas para garantir imprensa pluralista, independente e livre na UE

Os Estados-Membros devem criar e manter, na lei e na prática, um ambiente seguro para os jornalistas, permitindo-lhes que exerçam o seu trabalho sem ameaças ou pressão política e económica.

O apoio ao jornalismo de investigação, a criação de uma entidade reguladora independente para monitorizar as ameaças contra os jornalistas, a independência e a sustentabilidade do serviço público e o problema da propagação de desinformação ou de “notícias falsas” são alguns dos assuntos abordados num relatório do Parlamento Europeu (PE) sobre o pluralismo e a liberdade dos meios de comunicação social na União Europeia (UE), aprovado hoje, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

O PE apela aos Estados-Membros para que garantam um “financiamento público adequado” para salvaguardar e promover uma oferta pluralista, independente e livre de meios de comunicação social, incluindo a independência e a sustentabilidade do serviço público. Os eurodeputados pedem aos países da UE que “reforcem o apoio financeiro aos fornecedores de serviços públicos e ao jornalismo de investigação, evitando envolverem-se nas decisões editoriais”.

Notando que “o jornalismo independente não pode ser garantido e promovido apenas pelo mercado”, a assembleia europeia solicita à Comissão e aos Estados-Membros que promovam e elaborem “novos modelos económicos socialmente sustentáveis com o objetivo de financiar e apoiar um jornalismo independente e de qualidade” e garantir a correta informação dos cidadãos.

“Os jornalistas devem gozar da mais completa proteção jurídica para poderem utilizar e divulgar informações de interesse público no âmbito da sua atividade”, diz o relatório, destacando a importância dos trabalhos de investigação dos jornalistas para “proteger o interesse público do abuso do poder, da corrupção, de violações dos direitos humanos ou de atividades criminosas”.

O documento sublinha também a importância de garantir condições de trabalho adequadas aos jornalistas, como meio de evitar uma pressão interna e externa indevida, dependência, vulnerabilidade, instabilidade e o risco de autocensura.

O PE manifesta a sua profunda preocupação com os ataques mortais de que são ainda alvo jornalistas nos países da UE, como o assassinio da jornalista maltesa Daphne Caruana Galizia e do jornalista eslovaco Ján Kuciak. Os eurodeputados exortam os Estados-Membros a “garantirem a prestação de contas” e a criarem uma entidade reguladora independente e imparcial para monitorizar, documentar e informar sobre as ameaças e a violência e para lidar com a proteção e a segurança dos jornalistas a nível nacional.

“Notícias falsas” e verificação dos factos

“A utilização do termo notícias falsas não deve nunca ter como objetivo diminuir a confiança da opinião pública nos meios de comunicação social ou desacreditar e penalizar criminalmente as vozes críticas”, diz o PE, alertando para a potencial ameaça que a noção de “notícias falsas” pode representar para a liberdade de opinião e de expressão e a independência dos meios de comunicação social.

O Parlamento incentiva as empresas dos meios de comunicação social e as plataformas em linha a desenvolverem ferramentas que permitam aos utilizadores comunicar e sinalizar potenciais notícias falsas, a fim de facilitar a pronta retificação e permitir a verificação dos

factos por “entidades terceiras certificadas como independentes e imparciais”, para assegurar a objetividade e proteção da informação.

Proteção dos denunciantes, literacia mediática

O relatório recomenda ainda outras medidas, incluindo:

- a proteção dos denunciantes que agem no interesse público, tendo em conta que a denúncia é um elemento fundamental do jornalismo de investigação e da liberdade de imprensa;
- a integração da literacia mediática e da informação nos sistemas de ensino nacionais, a fim de capacitar os cidadãos e os utilizadores em linha para “reconhecerem, e estarem alertados, para fontes de informações dúbias e detetarem e exporem propaganda e conteúdos deliberadamente falsos”;
- as restrições à encriptação e ao anonimato devem ser limitadas, visto tratar-se de um instrumento essencial para proteger a confidencialidade das fontes jornalísticas;
- a Comissão Europeia deve propor uma diretiva anti-SLAPP (ação judicial estratégica contra a participação pública), que proteja os meios de comunicação social independentes de processos judiciais vexatórios para os silenciar ou intimidar na UE;
- os Estados-Membros devem abster-se de qualquer utilização indevida das leis penais de difamação, através de um “justo equilíbrio entre o direito à liberdade de expressão e ao respeito da vida privada e familiar, incluindo a reputação”, e garantindo ao mesmo tempo o direito a vias efetivas de recurso.

O relatório foi aprovado em plenário por 488 votos a favor, 43 contra e 114 abstenções.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“No dia 3 de Maio celebramos o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Um dia que celebra esta liberdade, mas que serve também para refletir sobre os muitos lugares no mundo em que não é respeitada. Não menos importante, serve também para lembrar que o seu permanente respeito naqueles sítios onde já é reconhecida é um trabalho constante. Infelizmente, temos assistido recentemente a violações grosseiras desta liberdade. O assassinato da jornalista Daphne Caruana Galizia em Malta e do jornalista eslovaco Jan Kuciak são uma terrível prova de que nada pode ser dado por garantido, nem mesmo na União Europeia cujos pilares são os direitos fundamentais e o estado de Direito. Mais ainda, o impacto das chamadas fake news no Brexit demonstram que, aos velhos problemas, se juntam novos desafios que é necessário enfrentar. O relatório faz um ótimo diagnóstico e apresenta boas soluções. Apesar de alguns excessos ideológicos, nomeadamente no que respeita à imunidade dos jornalistas a ações de difamação, voto favoravelmente este relatório”.*

Venezuela: Eleições agendadas para 20 de maio devem ser suspensas, diz Parlamento Europeu

O PE instou à suspensão imediata das eleições presidenciais na Venezuela até que se encontrem reunidas as condições para a realização de eleições credíveis, transparentes e inclusivas.

A União Europeia (UE) só reconhecerá eleições assentes num calendário eleitoral realista, acordadas no contexto do diálogo nacional com todos os intervenientes pertinentes e todos os partidos políticos, juntamente com a garantia de condições de participação idênticas para

todos, equitativas e transparentes, diz a assembleia europeia numa resolução aprovada por 492 votos a favor, 87 contra e 77 abstenções.

As eleições presidenciais antecipadas convocadas pela Assembleia Nacional Constituinte, não reconhecida internacionalmente, e aprovadas pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) estão agora agendadas para 20 de maio.

Os eurodeputados recordam que, em 25 de janeiro, o Supremo Tribunal da Venezuela decidiu excluir a Mesa de la Unidad Democrática (MUD), uma coligação de partidos da oposição, das eleições presidenciais, decisão que constitui *“uma grave violação do princípio de eleições equitativas, proibindo os candidatos da oposição de concorrer livremente e em igualdade de condições às eleições”*.

Os acontecimentos recentes na Venezuela estão a causar uma *“maior polarização e deterioração”* da situação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito, nota a resolução. O PE pede que sejam convocadas de imediato *“eleições consentâneas com todas as normas internacionais”* e que o *“governo legítimo resultante dessas eleições”* resolva urgentemente a atual crise económica e social que assola a Venezuela e que trabalhe no sentido da reconciliação nacional do país.

Os eurodeputados exortam o governo e a oposição a adotarem, sem demora, um plano de estabilização macroeconómica, em conjunto com as instituições financeiras internacionais, a fim de superar os numerosos desafios que o país enfrenta, como a crise humanitária, causada pela hiperinflação e pela escassez de bens de primeira necessidade e de medicamentos.

Numa resolução aprovada em 8 de fevereiro, o PE apelou a que as sanções aplicadas pelo Conselho da UE a sete altos funcionários venezuelanos fossem alargadas ao Presidente Nicolás Maduro e avisou que apenas eleições acordadas no contexto do diálogo nacional, com todos os partidos políticos, seriam reconhecidas pela UE.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Francisco Assis (S&D) *“Senhora Presidente, Senhora Mogherini, queria manifestar a minha total adesão às considerações iniciais que fez.*

Não há manifestamente condições para garantir um processo democrático limpo e livre na Venezuela. Não há possibilidade de eleições democráticas num país onde há pessoas que estão nas cadeias por razões de ordem política.

Não há condições para umas eleições livres e democráticas quando setores importantíssimos da sociedade e personalidades iminentes não estão em condições de se apresentar a essas mesmas eleições.

Não há possibilidade de eleições livres e democráticas quando há um conjunto de regras procedimentais que não estão minimamente garantidas, como é hoje o caso na Venezuela. E por isso mesmo este apelo do Parlamento Europeu para que se promova um adiamento destas eleições é um apelo que vai no bom sentido.

A Venezuela não está apenas a atravessar uma gravíssima crise política. Atravessa também uma grave crise económica e social e uma profunda crise de natureza humanitária. Nós pensamos que a única solução possível passa pelo diálogo, não há outra. Nós continuamos a apostar no diálogo entre as várias forças políticas com expressão na Venezuela, quer as que estão atualmente no poder, quer as que estão na oposição.

E, por isso mesmo, apelamos justamente ao atual regime da Venezuela para que compreenda que insistir nestas eleições não só não contribui para a resolução do problema da Venezuela como vai agudizar fortemente esse mesmo problema.

Pelo contrário, um adiamento das eleições, criando as condições para a participação de todos quantos queiram participar nestas eleições presidenciais, umas eleições realizadas de forma livre e democrática, sob observação e escrutínio de várias instâncias internacionais, incluindo da União Europeia e deste Parlamento Europeu, esse, sim, é o caminho que poderá contribuir para a resolução dos gravíssimos problemas que continuam a afetar a Venezuela.

E, por isso, reitero aquilo que disse de início: concordo inteiramente com a posição sensata, justa e equilibrada que anunciou no início deste debate”.

João Pimenta Lopes (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, mais uma discussão sem novidades sobre a Venezuela com uma resolução que viola o próprio Regimento deste Parlamento para prosseguir as intenções de interferência e ingerência sobre um país soberano.*

Admitam, a vossa estratégia tem fracassado. A mesma estratégia que tem alimentado o assalto e a desestabilização em toda a região, que legitimou o golpe no Brasil e as eleições fraudulentas nas Honduras. Procuram agora desacreditar as eleições presidenciais, as mesmas por que clamaram incessantemente, as mesmas que parte da oposição, dividida, opta agora por boicotar, a mesma oposição que os senhores têm promovido, responsável pelos mais ignóbeis atos de violência e distúrbio económico, social e político naquele país.

Daqui saudamos e nos solidarizamos com o determinado povo venezuelano que tem sabido resistir à ofensiva imperialista, à crise que lhe impõem de fora, às criminosas e brutais sanções económicas e financeiras, e que no dia 20, mais uma vez, vos dará a melhor resposta, afirmando soberanamente a escolha do seu futuro”.

As crianças não devem ser detidas no contexto da imigração, diz o Parlamento

As crianças migrantes e as famílias com crianças devem ser acomodadas sem serem privadas da liberdade durante o processamento do seu estatuto de imigração, insistiram os deputados do Parlamento Europeu.

“As crianças não devem ser detidas no contexto da imigração” e a Comissão Europeia deve agir contra os Estados-Membros da UE “em casos de detenção prolongada e sistemática de crianças migrantes e suas famílias”, declarou o Parlamento numa resolução não legislativa aprovada.

Segundo os dados mais recentes da Agência dos Direitos Fundamentais da UE (FRA), em setembro de 2016, a Bulgária era o país com mais crianças migrantes detidas, enquanto havia também um elevado número de crianças detidas na Grécia, Hungria, Polónia e Eslováquia. Nenhuma criança foi detida nos dias em que foram realizados controlos no local em Chipre, na Dinamarca, na Estónia, na Alemanha, na Irlanda, em Itália, em Malta, em Espanha ou no Reino Unido.

Vulneráveis ao tráfico, violência e exploração

A resolução observa que existem cerca de 5,4 milhões de crianças migrantes que vivem na Europa, o que representa a casa de uma em cada seis crianças migrantes do mundo (dados do UNICEF). Quase metade dos migrantes que chegaram nos últimos anos eram crianças desacompanhadas ou separadas. Os Deputados sublinham que a falta de informação fiável e os longos procedimentos de reagrupamento familiar e nomeação de tutores, juntamente com o receio de serem detidas, enviadas de volta ou transferidas, provoca a fuga das crianças, deixando-as expostas ao tráfico, violência e exploração.

O Parlamento insta as autoridades nacionais a acelerar os procedimentos de nomeação de tutores para crianças não acompanhadas, que também devem ser hospedados em instalações separadas de adultos, a fim de evitar qualquer risco de violência e abuso sexual.

Os Deputados pedem que seja dada prioridade à transferência das restantes crianças não acompanhadas da Grécia e da Itália e solicitam que todos os procedimentos pendentes de reagrupamento familiar decorram sem demora.

Garantir a identificação e registro para evitar que as crianças entrem no radar

O Parlamento destaca a importância de se estabelecer um sistema robusto de identificação e registro para garantir que as crianças entrem e permaneçam nos sistemas nacionais de

proteção. Também exige uma cooperação reforçada entre as autoridades policiais e de proteção à criança para encontrar e proteger as crianças desaparecidas.

Os Eurodeputados estão particularmente preocupados com a exploração de raparigas para prostituição e pedem aos Estados-Membros que intensifiquem os esforços e a cooperação transfronteiriça para identificar crianças vítimas de tráfico, abuso e todas as formas de exploração.

Quanto aos procedimentos de avaliação da idade, a resolução enfatiza que os exames médicos das crianças devem sempre ser realizados "*de uma maneira que não seja intrusiva e respeite a dignidade da criança*". O Parlamento também rejeita o uso da coerção para obter os dados biométricos das crianças.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) "*Senhor Presidente, Senhora Comissária Věra Jourová, caros colegas, apesar de já não fazer manchetes, apesar de já não ouvirmos falar daqueles que, fugindo da guerra e da morte, chegam às nossas fronteiras, a verdade é que estamos tristemente longe de ter resolvido a chamada "crise dos refugiados".*

A má gestão da crise humanitária que assolou o Mediterrâneo e as nossas fronteiras, a par de um Sistema Europeu Comum de Asilo, que tem pouco de comum, que mal funciona e, quando funciona, funciona mal, conduziu a um conjunto de prolongados efeitos adversos.

As crianças são, infelizmente, quem mais sentiu estes efeitos e mais sofreu com a incapacidade da União. Ainda em 2017, chegaram mais de trinta mil crianças à Europa, das quais metade estavam sozinhas.

Não é aceitável que se passem meses sem que seja nomeado, sequer, um tutor para essas crianças. Também não é aceitável que mais meses ainda sejam necessários até que se verifique o reagrupamento com as suas famílias. Estamos a tirar-lhes o futuro, bem como às quase mil que estavam detidas em 2016.

A Comissão, estou certo, encontrará no Parlamento todo o apoio de que precisa para uma defesa resoluta dos direitos destas crianças. Mas, que fique claro, é dos Estados-Membros que mais se exige e espera. Apenas os Estados-Membros dispõem dos meios para salvarmos estas crianças, que não são imigrantes, refugiados ou requerentes de asilo. São crianças, como as nossas".

Ordem do dia 2 e 3 de Maio de 2018

► Quarta-Feira, 2 Maio

15:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Decisão da Comissão adotada sobre o pacote de medidas do QFP pós-2020 - *Declaração da Comissão*

Relatório anual sobre o controlo das atividades financeiras do Banco Europeu de Investimento em 2016 - *Relatório: Marco Valli (A8-0139/2018)*

Eleições presidenciais na Venezuela - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Relatório anual de 2016 relativo à proteção dos interesses financeiros da UE – Luta contra a fraude - *Relatório: Gilles Pargneaux (A8-0135/2018)*

Política de Coesão e objetivo temático "Promover transportes sustentáveis e eliminar os pontos de estrangulamento nas principais infraestruturas de rede" - *Relatório: Andrey Novakov (A8-0136/2018)*

Crimes de perseguição e proteção das vítimas na UE - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Aplicação pela Espanha das normas internacionais no que respeita à definição de violência sexual à luz do recente processo "La Manada" - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Proteção das crianças no contexto da migração - *Pergunta oral (O-000031/2018 - B8-0016/2018)*

Proibição a nível mundial dos ensaios de cosméticos em animais - *Perguntas orais (O-000040/2018 - B8-0017/2018) (O-000041/2018 - B8-0018/2018)*

Abordar a segurança nas explorações agrícolas da UE - *Pergunta oral (O-000012/2018 - B8-0015/2018)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Situação atual e perspetivas futuras para os setores do gado ovino e caprino na UE - *Relatório: Esther Herranz García (A8-0064/2018)*

Pluralismo e liberdade dos meios de comunicação social na União Europeia - *Relatório: Barbara Spinelli (A8-0144/2018)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Quinta-Feira, 3 de Maio

09:00 - 11:20

Debate com o Primeiro-Ministro da Bélgica, Charles Michel, sobre o Futuro da Europa

11:30 - 13:30 VOTAÇÃO

Protocolo do Acordo de Parceria e Cooperação UE-Usbequistão (adesão da Croácia) - *Recomendação: Jozo Radoš (A8-0104/2018)*

Acordo-Quadro UE-Coreia (adesão da Croácia) - *Recomendação: Tokia Saïfi (A8-0120/2018)*

Sujeição da nova substância psicoativa ADB-CHMINACA a medidas de controlo - *Recomendação: Maite Pagazaurtundúa Ruiz (A8-0133/2018)*

Sujeição da nova substância psicoativa CUMYL-4CN-BINACA a medidas de controlo - *Relatório: Maite Pagazaurtundúa Ruiz (A8-0134/2018)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2017/010 BE/Caterpillar - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0148/2018)*

Relatório anual de 2016 relativo à proteção dos interesses financeiros da UE – Luta contra a fraude - *Relatório: Gilles Pargneaux (A8-0135/2018)*

Objeção nos termos do artigo 106.º do Regimento: beterraba geneticamente modificada H7-1 - *Propostas de resolução*

Nomeação de um membro para o comité de seleção para a Procuradoria Europeia 5

Relatório anual sobre o controlo das atividades financeiras do Banco Europeu de Investimento em 2016 - *Relatório: Marco Valli (A8-0139/2018)*

Eleições presidenciais na Venezuela - *Propostas de resolução*

Política de Coesão e objetivo temático "Promover transportes sustentáveis e eliminar os pontos de estrangulamento nas principais infraestruturas de rede" - *Relatório: Andrey Novakov (A8-0136/2018)*

Proteção das crianças no contexto da migração - *Propostas de resolução*

Proibição a nível mundial dos ensaios de cosméticos em animais - *Propostas de resolução*

Situação atual e perspetivas futuras para os setores do gado ovino e caprino na UE - *Relatório: Esther Herranz García (A8-0064/2018)*

Pluralismo e liberdade dos meios de comunicação social na União Europeia - *Relatório: Barbara Spinelli (A8-0144/2018)*